

Cenários da integração regional: os desafios da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) o novo caminho da integração na América do Sul

105

JULIE SCHMIED

“Os presidentes da América do Sul (...) seguindo o exemplo de nossos povos e dos heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios comuns dos seus povos em favor da integração, a unidade e a construção de um futuro comum, temos decidido conformar a Comunidade Sudamericana de Nações”

(Declaração de Cusco, 8 de dezembro de 2004).

INTRODUÇÃO

A região da América Latina apresenta o maior número de grupos regionais, sempre reinventando novos projetos, que é a forma de perseguir com igual ou maior entusiasmo o objetivo da integração regional, mas não conseguindo alcançar na prática o objetivo que motivou a sua colocação em marcha.

A exemplo da Comunidade Econômica Européia ou Mercado Comum Europeu, os países andinos, na década de 1960, propuseram o Acordo de Cartagena com a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) (que mudou para ALADI), e o Mercado Comum da América Central (MCCA), seguidamente surgiram o Pacto Andino (posteriormente CAN) e o Mercosul.¹

1. Passando pelos apoios ao Grupo de Contadora que deu origem ao Grupo do Rio, com o propósito de englobar uma iniciativa integracionista que visava unir os esforços do continente para fortalecer o seu desenvolvimento e a sua melhor inserção no mundo globalizado.

Do ponto de vista da integração, as iniciativas *políticas* devem ter uma base *econômica* e *cultural*. No caso de faltar algum destes componentes, o projeto fracassa; é o que tem acontecido década após década nos processos de integração regional que têm ficado inconclusos.

Em alguns processos regionais a variante política foi mais importante que outros objetivos, criando processos sem sustentação e sem viabilidade econômica. Em outros casos, os processos privilegiaram o econômico-comercial, sem ter uma base de sustentação político-institucional. Até agora, a base cultural não tem sido um elemento essencial nos projetos de integração.²

A regionalização econômica que vinha sendo experimentada no resto do mundo, com a interdependência entre os países, propiciou o ressurgimento dos ideais integracionistas na América Latina. Desta vez o objetivo principal não foi a proteção contra invasões estrangeiras e sim conseguir uma maior participação no mercado internacional e um maior desenvolvimento sobre a base da cooperação. Podemos observar que a idéia de uma “América Unida” não é uma novidade, pois existe desde os tempos da independência dos países sul-americanos.

É verdade que a União Européia passou por períodos de eurotimismo, de europessimismo e posteriormente por um euroescepticismo ante a paralisia do processo. Contudo, manteve o propósito de continuar avançando dentro do mesmo escopo comunitário, não deixando de lado o plano inicial do Tratado de Roma, se adaptando aos tempos, com um desígnio claro e vontade política, ponto fundamental de que carecem os objetivos regionais latino-americanos que são substituídos pela retórica e declarações efêmeras e, por conseguinte, não são cumpridas.

À luz do exposto se faz necessário formular respostas a um dos principais problemas da identidade latino-americana ou da sua inconstância, produto de ter perdido o pensamento estratégico dos seus fundadores e deixado prevalecer certos caudilhismos, ou de pensar os seus objetivos sempre em curto prazo, além de ficar fechada entre repúblicas desconectadas entre si, que embora possuíssem uma base econômica, não conseguiam ter um suporte político.

A União Européia demorou quase meio século para se concretizar, se deve esperar o mesmo com a União Sul-americana? A América Latina pos-

2. Com a exceção do Convenio Andrés Bello, que é um esforço diferente de integração. O Convenio Andrés Bello é um instrumento de integração científica, tecnológica e cultural, de 1970, integrado pela Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela.

sui melhores condições para a sua integração com somente dois idiomas oficiais (português e espanhol); além do seu similar sistema jurídico; a emergência de um Estado nacional basicamente nas três primeiras décadas do século XIX, com um patrimônio cultural comum; uma região que, embora tenha conflitos e tensões diplomáticas, tem conseguido períodos de paz em maior grau que em outras partes do mundo; e tem se encontrado fora dos circuitos de terrorismo, um importante complicador da política mundial nos dias de hoje.

Portanto, não parece existir alternativa para a América Latina que não a da integração regional. Este é o caminho viável e promissor para o continente progredir e conseguir sua almejada estabilidade política e econômica.

I. ENTENDENDO A REGIÃO DA AMÉRICA LATINA

Para entender a região devemos observar:

Em primeiro lugar, que não existe uma só América Latina, senão várias. A diversidade entre os países varia no tamanho, estrutura econômica, níveis de desenvolvimento, institucionalidade pública, visões políticas, formas de inserção no mundo globalizado, e inclusive formas diferentes de entender os processos de integração.

Em segundo lugar, a região surge para uma vida republicana de forma precipitada, ao deixar questões complexas para serem analisadas posteriormente, como foram os litígios fronteiriços, que para alguns países da região são um obstáculo presente até os dias de hoje.

Em terceiro lugar, a América Latina possui uma geografia difícil, que multiplica e dificulta os custos das comunicações ou a livre circulação de bens ou pessoas.

Em quarto lugar, existem elementos comuns na história da região, na cultura e nos problemas atuais da globalização, e também em relação ao limite ao comércio ou a fazer parte da periferia na tomada de decisões no sistema internacional.

Em quinto lugar, a procura de um projeto comum que considere todos esses elementos e que comprometa todos os países da região a se identificar com o mesmo objetivo da integração regional.

Em sexto lugar, em um longo período de 200 anos, têm surgido várias iniciativas que em seu momento foram novidades, mas que não conseguiram se concretizar.

Em sétimo lugar, desde o Congresso do Panamá convocado por Simón Bolívar até os atuais esquemas de integração, como a ALADI, a Comunidade Andina de Nações, o Mercosul, o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), ou Caricom, têm sido criados muitas idéias e projetos, mas estes também têm provocado grandes decepções.

O processo de recuperação na América Latina ocorreu em meados do século XX, quando se fundaram os processos de integração; primeiro na América Central, pioneira, posteriormente ALALC e, mais tarde, o Pacto Andino. Novamente perdida ante o fracasso da ALALC, a região optou-se por abandonar de fato a perspectiva multilateral (tão importante nos dias de hoje do século XXI), dando passo à ALADI e ao bilateralismo dos acordos comerciais.

Na década de 1990 tentou-se recuperar esta visão estratégica, com a criação do Mercosul, a transformação do Pacto Andino na Comunidade Andina de Nações (CAN), e a criação do Sistema de Integração Centro-americana (SICA).

Surge em 1994 a iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), idealizada pelos Estados Unidos, preferentemente comercial, que poderia ter servido de base econômica para a integração, na medida em que abriria o mercado norte-americano aos produtos latino-americanos. Entretanto, ao tentar homogeneizar as 34 economias diferentes entre si estabeleceu uma estrutura inviável.³ É importante dar consistência aos processos, ser perseverante, adaptar-se às circunstâncias, não deixar de lado o plano estratégico e não inventar iniciativas regionais a todo momento.

No início do século XXI foi lançado o projeto de integração na América do Sul a partir da infra-estrutura, energia e telecomunicações: Integração da Infra-estrutura da Região Sul-americana (IIRSA) e a Comunidade Sul-americana de Nações.

Por outro lado, o México e a América Central têm posto em marcha o Plano Puebla-Panamá,⁴ uma iniciativa de desenvolvimento comum a partir da interconexão física, energética e das comunicações.

3. Declaração de Mar del Plata, Quarta Cúpula das Américas, Argentina, 5 de novembro de 2005. Para ver antecedentes www.summit-americas.org

4. O Plano Puebla-Panamá (PPP), de 2001, pretende desenvolver infra-estrutura e impulsionar uma área de livre comércio numa região que abrange o sul do México e toda a América Central, com especial apoio dos governos estadunidense e mexicano, e apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Faz-se necessário impulsionar novos referenciais, como a Comunidade Sul-americana de Nações, ou União de Nações Sul-americanas⁵ (UNASUL) desde a Iª Reunião da Energia realizada na Ilha Margarita, Venezuela, em abril de 2007. Mas o que fazer quando existem dúvidas sérias entre os protagonistas, como ficou manifesto em Cochabamba, na Bolívia, na IIIª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações em dezembro de 2006?

A Comunidade Sul-americana envolve diretamente três países (Brasil, Argentina e Venezuela) e é uma iniciativa fundamentalmente brasileira⁶ de cooperação e complementação com um alto conteúdo político útil aos seus membros. Todavia, devemos esperar a viabilidade de ser um grupo regional que substitua os esquemas existentes, porque algumas formulações e instrumentos não sintonizam com as tendências da nova ordem econômica internacional.

O novo bloco regional sul-americano nasceu com pouca consistência na Reunião de Cuzco de 2004. Originalmente seus fundadores queriam que se assinasse a sua constituição formal na época, mas somente foi subscrita uma declaração ante a negativa da maioria dos presidentes. Após dois anos, na reunião seguinte, em Cochabamba, uma cena similar aconteceu não somente pela ausência de importantes mandatários, e sim porque não apresentou avanços significativos.⁷

A idéia é fortalecer a União Sul-americana, que no fundo é a união dos países do Cone Sul, mas não para apoiar ou consolidar novas reuniões e cúpulas ou instalar novos sistemas burocráticos, como são algumas das críticas dos mandatários da região.

Para determinar se a iniciativa da Comunidade Sul-americana de Nações se justifica, devemos ver os objetivos solicitados, que poderiam ser conseguidos com a atual institucionalidade da região. Os objetivos e instrumentos caberiam no Tratado de Montevidéu de 1980 e na missão da própria ALADI e, ao nível sub-regional, aos da CAN e Mercosul.

-
5. O termo espanhol é Unión de Naciones Suramericanas (Unasur), nome que identifica o processo de integração política e social que se desenvolve na América do Sul, cuja decisão foi tomada pelos dez dos doze representantes sul-americanos reunidos na I Cúpula Energética da Ilha Margarita.
 6. Conferência do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: “Brasil e as perspectivas da integração na América do Sul”, Lima, 22 de julho de 1999 em <http://www.comunidadandina.org>, março de 2005
 7. Para maiores detalhes ver a declaração final no site www.cumbresudamericana.bo

O tema central da região que está perdendo competitividade é saber quais serão as bases da integração moderna, de acordo com o século XXI, e os instrumentos para consegui-las. Não se pode seguir tentando uma integração com os parâmetros da década de 1950, com a idéia de que a integração é para impedir que os produtos de outros países ou regiões entrem nos países latino-americanos, ou pensar que o mundo desenvolvido vai se abrir ao comércio regional por razões políticas; isto é uma perda de tempo. Ainda que todos os países desenvolvidos abrissem os seus mercados sem restrições, o Cone Sul não estaria em condições de aproveitá-lo plenamente, tanto pelo volume, qualidade, tempo ou pelas normas, entre outros.

A região deve mudar a sua perspectiva, visto que o problema é como se inserir no esquema de livre comércio e da concorrência. O centro da integração está na complementaridade produtiva e na competitividade de potencializar os recursos, as capacidades e as vantagens de cada um dos países a serviço de todos.

O marco institucional já existe, com a ALADI, a CAN, o Mercosul, e a SICA, devendo-se reestruturar uma agenda regional para avançar em temas como a coordenação macroeconômica, para evitar crises monetárias; evitar tendências protecionistas, ao harmonizar procedimentos alfandegários; fortalecer a institucionalidade regional; digitalização do comércio regional e livre circulação dos instrumentos financeiros; homologação de programas e títulos universitários; intercâmbio acadêmico; integração física, energética e das comunicações. Para todo o exposto, é suficiente a assinatura de acordos específicos no marco do Tratado de Montevidéu.

Após seis anos do lançamento desta iniciativa, o problema radica em que ela não possui um marco normativo ou uma autoridade comum que permita dar uma visão de conjunto e uma direção unitária ao grupo regional.

A integração é fundamental para enfrentar a globalização, que é onde descansa o futuro de América Latina. Para alcançar os objetivos deve haver ordem e seriedade nos acordos assinados. Os processos não avançam pelas declarações ou criação de novos projetos ilusórios e novas burocracias, ou pela vontade política dos governantes, que devem utilizar os instrumentos jurídicos existentes e que até hoje têm sido subutilizados. Por outro lado, é importante destacar que não parece conveniente política, econômica e culturalmente que se forme um bloco no qual ficaria excluído o México, a primeira economia da América Latina. Ou ficar de fora uma região cada vez mais estratégica como é a América Central, tanto pelo Canal do Panamá, como pela sua projeção na Ásia e nos Estados Unidos.

2. AS CRISES DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA



A região da América Latina tem vivido numerosas crises, como o desmembramento do Grupo dos Três,⁸ em 2006, e as diferenças na América Central para abordar as negociações com a União Européia (UE). Mas é a região sul-americana a mais afetada desde a retirada do Chile do Pacto Andino, em 1976;⁹ a retirada da Venezuela da Comunidade Andina, em 2006, e a sua posterior entrada no Mercosul; assim como a incerteza sobre o futuro da Bolívia no mesmo organismo após solicitar a sua adesão como membro de pleno direito no Mercosul em janeiro de 2007, na XXXII Reunião de Chefes de Estado do Mercosul, no Rio de Janeiro.

Fraturas no interior da Comunidade Andina de Nações e no Mercosul projetam uma sombra de incerteza sobre a consolidação da nova idéia de unidade regional de uma comunidade subcontinental.

O impasse delicado do Mercosul, derivado do fracasso do mecanismo de resolução de controvérsias, e a falta de interesse do bloco no conflito que enfrentam Argentina e Uruguai pela construção de duas fábricas de produção de celulose nas margens do rio Uruguai, que divide as fronteiras dos dois países, fizeram com que o presidente uruguaio (Tabaré Vázquez) e o presidente argentino (Néstor Kirchner, que qualifica o tema como uma questão bilateral) recorressem ante a Corte Internacional de Justiça em Haia para uma solução, não tendo sido resolvido dentro do Mercosul ou dentro da própria Organização dos Estados Americanos (OEA). Por outro lado, há fortes questionamentos no interior do bloco pelo mal-estar do Uruguai e Paraguai, sócios menores do Mercosul, sobre o funcionamento da *união aduaneira*, ao entender que a hegemonia do Brasil e da Argentina não favorece os interesses da integração de países menores.

Os processos de integração na América do Sul não se encontram fortalecidos, principalmente devido a diferenças ideológicas, disparidade de visão sobre as vias de desenvolvimento econômico, disputas bilaterais e uma sensação de paralisia que tem agravado as sérias fraturas no interior dos blocos

8. O Grupo dos Três surgiu em 1989, quando seus países-membros tentavam encontrar novos mercados para suas exportações dentro de uma estratégia de abertura comercial, iniciando negociações concluídas em 1994, na assinatura do acordo comercial entre México, Venezuela e Colômbia.

9. Chile volta ao bloco regional da CAN em 2006. O retorno do Chile como membro associado coloca em evidência a intenção do país andino de buscar um novo eixo de integração pelas mudanças lógicas do caminho da integração sul-americana.

comerciais regionais: Comunidade Andina de Nações (CAN) e Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Brasil tem grande desafio, pois é visto como a esperança de contribuição por meio da sua influência na recondução da unidade subcontinental que passa por dificuldades nos últimos anos. Membros da CAN e do Mercosul, em reuniões com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, têm buscado fórmulas que permitam superar as fissuras que desequilibram os blocos sul-americanos.

A atitude do presidente colombiano Álvaro Uribe, como membro da CAN, foi solicitar os bons ofícios e a direta mediação brasileira no conflito derivado da decisão do governo venezuelano de abandonar a Comunidade Andina, por considerar que os Tratados de Livre Comércio (TLC) da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos ainda não ratificados feriam o espírito original do bloco andino.

No caso da Colômbia, havia dado luz verde ao acordo comercial com os Estados Unidos, o que teria provocado a reação do presidente venezuelano Hugo Chávez, que via neste acordo a possibilidade de excluir do território colombiano a vigência do Tribunal Penal Internacional¹⁰ (TPI) e outorgando impunidade aos soldados norte-americanos em terras sul-americanas. Mais tarde a Colômbia se recusaria a assinar um acordo bilateral isentando cidadãos norte-americanos de serem julgados no Tribunal Penal Internacional. Com isso, os Estados Unidos suspenderam a ajuda militar ao país, e a Venezuela teve uma desculpa para retirar o seu país da Comunidade Andina de Nações (CAN).

O acordo entre a Venezuela,¹¹ o Brasil e a Argentina para a construção de um gasoduto – através da qual a Venezuela forneceria gás ao Brasil e à Argentina e que estaria pronto a partir de 2017 – foi motivo de protesto por parte dos presidentes do Uruguai e Paraguai, membros do Mercosul que uniram suas vozes para deixar claro que “assim como está, o Mercosul não serve”, pela prepotência dos sócios maiores.

Outro paradoxo na integração regional sul-americana é a política exterior do Chile, que nas últimas duas décadas esteve orientada para as grandes economias mundiais. Durante o mandato do ex-presidente Lagos se firmaram oito acordos de livre comércio, entre eles com os Estados Unidos, a China, a

10. Estados Unidos assinou mas não ratificou o TPI. O governo americano é contra o TPI por considerar que existe o risco de que uma Justiça polarizada possa ser utilizada contra seus soldados no exterior.

11. O presidente Hugo Chávez fez notar o poder da Venezuela ao anunciar que “as reservas venezuelanas de gás são de 151 milhões de pés cúbicos, equivalente a quase metade do total continental”.

União Européia, a Índia e atualmente, na administração da presidente Michelle Bachelet, com o Japão. Este acordo é o segundo do governo nipônico com um país da América Latina, após o acordo realizado com México, e o primeiro ao nível do Cone Sul.

Em meio a uma convulsionada e instável região, que pressionava por medidas protecionistas, o Chile optou por abrir a sua economia ao exterior. A opção de se afastar do continente latino-americano gerou benefícios ao Chile, mas também perdas, pois é um dos países que necessita da venda de gás natural, por ser dependente e vulnerável na região.

As primeiras visitas oficiais da presidente Bachelet ao continente latino-americano mostraram a sua vontade de fortalecer as relações com os vizinhos. O principal obstáculo do Chile para a sua integração regional é o seu melhor capital: a permeabilidade das suas fronteiras econômicas.

Não somente as opções econômicas foram geradas pela baixa presença do Chile no entorno sul-americano, mas também pela própria realidade regional. Nos últimos dez anos, Bolívia teve dez presidentes; Argentina teve problemas internos, hoje já normalizados; e o Peru, com o ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), que após cumprir obrigações inerentes ao cargo no Japão, prolongou a sua permanência em Tóquio sem pedir asilo político e, atualmente, se encontra no Chile sendo aguardada a sua extradição para o Peru.

3. INTEGRAÇÃO COMERCIAL PARA UMA COMUNIDADE ECONÔMICA SUL-AMERICANA

Com a criação do projeto da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), em 2000, o conceito da integração comercial da América do Sul mudou substancialmente. De um processo liberalizado do comércio recíproco entre a Comunidade Andina e o Mercosul, evoluiu a um enfoque que aposta na criação de um Mercado Comum, que busca unir ambos os blocos para com ele propiciar a construção de uma Comunidade Econômica Sul-americana. Para que isto seja possível é necessário não somente um maior intercâmbio comercial entre os países da região, mas também oferecer ao mundo bens e serviços competitivos.¹²

12. Ver Santa Gadea, R. "La Iniciativa IIRSA: el reto de integrar el espacio físico de América del Sur", endereço eletrônico: <http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/santa-gadea.htm>. Ver Gudynas, E. "Creación de la Comunidad Sudamericana de Naciones. Genera expectativa pero sus bases son todavía débiles". D3E, Montevideo, Centro Latinoamericano de Ecología Social, janeiro de 2005.

Para o programa IIRSA dos corredores bioceânicos, a integração física é a chave para melhorar os mercados e promover o desenvolvimento intra-regional. A IIRSA é uma iniciativa impulsionada originalmente pelo Brasil, na qual foram aderindo todos os países da América do Sul, incluindo Guiana e Suriname, que não formam parte de nenhum esquema de integração na região.

A IIRSA consiste na construção de um gasoduto sul-americano, a partir do desenvolvimento de infra-estruturas viárias, ferroviárias, aéreas e portuárias.¹³ Os países da região se comprometem a colaborar nos setores de petróleo, gás ou energia hidrolétrica.

Os países sul-americanos necessitam de um mercado ampliado, com meios e instrumentos que facilitem o investimento industrial, gerador de emprego e tecnologia na velocidade da demanda populacional. A integração econômica da América do Sul pode ser a plataforma do desenvolvimento necessário para se participar com êxito da globalização comercial.

4. A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DO CONE SUL NOS PASSOS DA UNIÃO EUROPÉIA (UE)

A Comunidade Sul-americana de Nações (CSN) é um projeto estratégico de unificação entre o Mercosul, CAN, além do Chile, Guiana e Suriname, cujas principais expressões são o anel energético e a interconectividade vital para unir o Atlântico com o Pacífico. Esta é uma necessidade urgente para a América do Sul, que não tem possibilidades de se integrar à atual economia mundial enquanto os países não tiverem acesso apropriado às duas bacias econômicas (Atlântico e Pacífico). O plano de interconectividade viária é um tema essencial que ligaria pela primeira vez os espaços interiores da América do Sul.

O anel energético previsto no marco da CSN é a chave, mas este acordo não exclui outras possibilidades, como a sugerida na 28ª Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção,¹⁴ com os presidentes do Uruguai, Paraguai, Venezuela e Bolívia, quando analisaram outras formas de integração

13. No caso do Brasil, o Eixo Amazônico supõe não somente a sua integração com o Peru, mas também serão favorecidos o Equador e a Colômbia, através das hidrovias, portos e aeroportos a serem construídos.

14. 28ª Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, em 20 de junho de 2005: ver www.mre.gov.br. Marco Aurélio Weissheimer "Mercosul quer construir uma rede de gasodutos" www.voltairenet.org/article126048.html

energética sul-americana que terão como eixo o abastecimento do gás boliviano. Ambos os projetos são paralelos e complementares.

O projeto de integração energética da América do Sul equivale ao que fora no passado a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), semente da atual União Européia.

Nos primeiros cinquenta anos do século XX, a Europa se confrontava com o desolador panorama das duas Guerras Mundiais e uma clara ausência de identidade comum. Naquela época, o conceito “europeu” estava arraigado nas elites e nos dirigentes das sociedades e numa variedade de nacionalidades antigas, com raízes milenares, o que indicava um difícil caminho para se transformar em europeus.

O êxito do caso europeu com o seu projeto de integração, concebido na complementação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, permitiu dar início ao projeto de integração regional de maior sucesso em escada mundial. A União Européia, 50 anos após os Tratados de Roma, é um projeto de desenvolvimento econômico, político e social que mostra um resultado exitoso de perseverança, disciplina e vontade política.

A intenção de se associar em razão dos êxitos alcançados pela União Européia pode resultar em contradições que podem se aprofundar com o tempo. Os avanços europeus estavam fundamentados no maior desenvolvimento da Europa, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países da UE dez vezes mais elevado que o de todos os membros da UNASUL.

5. A SITUAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

No contexto latino-americano, o processo de integração teve uma seqüência distinta, embora o Tratado de Montevideu, de 1960, copiara o modelo europeu através da formação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). A meta a cumprir era a criação de uma zona de livre comércio, união aduaneira e mercado comum. Contudo, os mecanismos desenhados e a ausência de uma visão prática das realidades regionais resultaram insuficientes para vencer as dificuldades e os obstáculos levantados por nações na sua maior parte emergentes, com o conseqüente atraso sobre o projeto de integração.

No final da década de 1960, a ALALC frustrou-se pela falta de consenso em relação ao tema agricultura na Argentina, Brasil e México, e pelo desequilíbrio industrial regional, devido à existência de nações menos desenvolvidas. A principal conseqüência foi o nascimento do Pacto Andino, em 1969,

enquanto que a Associação Latino-americana de Integração (ALADI) substituiu a ALALC após o Protocolo de Caracas.¹⁵

Na atualidade, os resultados mostram o fracionamento dos espaços regionais da América Latina. O México é hoje um membro ativo do NAFTA, bloco com os Estados Unidos e o Canadá. O Mercado Comum da América Central (MCCA) goza de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e seu desenvolvimento econômico gira para a América do Norte, além da região estar negociando um Acordo de Livre Comércio com a União Européia.

O anúncio feito em Caracas, em junho de 2006, da construção de uma refinaria doada para a Nicarágua seria a contrapartida da medida energética contemplada pelo México de uma refinaria a ser instalada em Puerto Quetzal, na Guatemala, ou Puerto Arnuelles, no Panamá. Isso mostra que a oferta venezuelana pretende debilitar a liderança mexicana, ao localizar uma nova refinaria na região onde funcionará outra de folgada capacidade.

Venezuela e México são os grandes produtores de petróleo da região latino-americana, com governos de ideologia e política antagônicas, onde é previsível um certo enfrentamento, no auspicioso avanço integracionista da América Central, que conta com aportes da República Dominicana e Colômbia.

No contexto sul-americano, a Comunidade Andina e o Mercosul, com a associação inicial do Chile e da Bolívia, vinham avançando no processo de liberalização do comércio recíproco e, no possível, na propriedade intelectual e fatores de produção. Não obstante, no nascimento do Projeto da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana), no ano 2000, a situação mudou substancialmente, ao transformar paulatinamente a América do Sul numa região natural suscetível de se consolidar como mercado comum através da união da Comunidade Sul-americana. Esta comunidade se reflete na vontade política e infra-estrutura do Plano IIRSA – de construir uma América do Sul através da liberalização do comércio recíproco dos bens e serviços. Isso significa ter um mercado ampliado e assegurar a livre circulação de capitais, tecnologia, mão-de-obra qualificada, eliminação dos passaportes, intercâmbio de professores e alunos, homologação de currí-

15. O Protocolo de Caracas de 12 de dezembro de 1969 foi o instrumento que modificou o Tratado de Montevideu de 1960, que instituiu a ALALC. Ver Tanzi, Vito, *Building Regional Infrastructure in Latin America*. Publicações, e Documentos de Trabalho do Instituto para a Integração de América Latina e o Caribe (INTAL) 2005. Ver http://www.iadb.org/intal/detalle_evolucion_esquema.asp

culos universitários, acompanhados por uma infra-estrutura comum energética, portuária e de telecomunicações.

A área da infra-estrutura promove a implementação de uma agenda consensuada de projetos prioritários da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), considerando planos de desenvolvimento nacionais, bilaterais e regionais.¹⁶

6. A COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (CSN/CASA)

Em 1998 a CAN e o Mercosul assinaram o “Acordo Marco para a Criação da Zona de Livre Comércio” entre ambos os blocos, fixando como data para a sua implementação 1º de janeiro de 2000, a partir de uma remoção de barreira tarifária progressiva por 10 anos. Entretanto, isso não tem sido concretizado, pois ambos os blocos têm realizado acordos comerciais bilaterais com os países-membros, como foi o exemplo do Brasil com a CAN e o Mercosul com os países andinos.

Deste marco de negociações comerciais surge a vontade política de integração na América do Sul. Há diferença entre a CAN e o Mercosul, embora ambos sejam criações conduzidas pelo fator econômico-comercial. No caso da Comunidade Sul-americana de Nações (CSN/CASA), esta foi conformada pelo fator político, desejo e aspiração de alguns governantes da materialização do sonho integracionista e aceleração do processo de integração comercial iniciado em 1998.

A vontade de implementar políticas de integração regional com ações que se transformem em um maior desenvolvimento dos povos sul-americanos teve o seu reflexo nas diversas cúpulas presidenciais de 2000 e 2004.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tinha manifestado o desejo do Brasil de “conseguir a integração americana”. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), aprovada na Iª Cúpula Presidencial Mercosul-CAN realizada em Brasília no ano de 2000, mostrou-se uma alternativa de integração regional descentralizada.

Em dezembro de 2003 foi assinado o *Acordo de Complementação para a Conformação de uma Zona de Livre Comércio entre a CAN e o Mercosul*,¹⁷

16. As áreas de ação da agenda foram o diálogo político; integração física; meio ambiente; integração energética; mecanismos financeiros sul-americanos; assimetrias; promoção da coesão social, inclusão e justiça sociais; e telecomunicações.

17. Peru e Bolívia não assinaram por serem Estados Associados ao Mercosul.

depositado na ALADI para o secretário-geral da CAN, na época Allan Wagner, que se tornou “um passo decisivo para o estabelecimento da Comunidade Sul-americana de Nações”.¹⁸

Em 7 e 8 de dezembro de 2004, os presidentes dos países da América do Sul¹⁹ reunidos na cidade de Cuzco, Peru, decidiram formar a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN/CASA) com 12 Estados Nacionais.²⁰ A idéia era reunir países da América do Sul em um projeto comum, similar ao da União Européia, mas que se sustentaria sobre a base de quatro instâncias de participação:

1. Integração em infra-estrutura, inclusive com a construção de estradas para unir o Atlântico com o Pacífico;
2. Integração energética, especialmente na área do gás;
3. Ser um mecanismo de consulta e concertação política, lutar contra a marginalidade e a pobreza – problema estrutural e origem da instabilidade política;
4. Alcançar a união das economias do Chile, Suriname, Guiana, Mercosul e a CAN em uma zona de livre comércio.

Os mandatários ressaltaram a necessidade de vincular infra-estrutura com desenvolvimento, reafirmando o princípio do regionalismo aberto, enfatizando o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável. As conversações dos presidentes do Peru, Alejandro Toledo, e do Brasil, Luiz Ignácio Lula da Silva, reforçaram a reunião presidencial da Comunidade Sul-americana de Nações, através da *Declaração de Cusco*, com o propósito de conseguir a convergência econômico-comercial, o desenvolvimento das áreas de infra-estrutura e fortalecimento da coesão, inclusão e justiça social na região.

A Declaração de Cusco enfatizou o papel do Mercosul, ALADI, CAN e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)²¹ como agentes cooperadores e executores das ações a serem realizadas. E a necessidade de que os organismos regionais de cooperação como a CAF, FLAR, FONPLATA, SELA e CIC participem na concretização das metas definidas.

18. www.comunidadandina.org, notas da imprensa, fevereiro de 2005.

19. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

20. Com uma população de 361 milhões de habitantes, uma superfície de 17 milhões km², possui 12% da superfície da terra com um PIB de US\$ 973.613 milhões de dólares e exportações de US\$ 181.856 milhões de dólares.

21. Os integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) são: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. <http://www.otca.org.br/>

A estrutura institucional consta de reuniões dos ministros das Relações Exteriores, que formulam propostas concretas de ação e decisão executiva, com a colaboração do presidente do Comitê de Representantes Permanentes do Mercosul, do diretor da Secretaria do Mercosul, o secretário-geral da CAN, o secretário-geral da ALADI e a Secretaria Permanente da OTCA, como de outras instituições de cooperação e integração regional.

A reunião dos chefes de Estado é a instância máxima da condução política, presidida por uma *troika* da Comunidade, que será constituída pelo país-sede da Reunião de Presidentes e pelos países-sede das reuniões do ano anterior e do ano seguinte. A Troika apoiará as atividades da Secretaria Pro Tempore à semelhança da presidência rotativa da União Européia.

Diferentemente da União Européia, que surgiu da evolução gradual de um processo de integração e fusão da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), da Comunidade Econômica Européia (CEE) e da Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom), a CSN foi criada sobre a base de uma aspiração e vontade política de acelerar o processo de convergência entre o Mercosul e a CAN, com o desejo de concretizar futuramente um mercado comum.

Na Declaração de Cusco se reconhece a convergência dos interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, fatores potenciais de fortalecimento e desenvolvimento das suas capacidades internas para uma melhor inserção internacional. A proposta é desenvolver um espaço sul-americano integrado no plano político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura de maneira a fortalecer a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional, para a articulação com outras experiências de integração regional e o fortalecimento da América Latina e Caribe, outorgando-lhe maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Assim, seria possível estabelecer um espaço sul-americano integrado, com um desenvolvimento e aperfeiçoamento impulsionado pelos seguintes processos:

- Concertação e coordenação política e diplomática;
- Aprofundamento da convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina e o Chile através do aperfeiçoamento da zona de livre comércio;²²
- Integração física, energética e de comunicações na América do Sul;
- Harmonização de políticas que promovem o desenvolvimento rural e agro-alimentar;

22. Suriname e a Guiana se associaram ao processo, sem prejuízo das suas obrigações sobre o Tratado revisado de Chaguaramas, que estabelece a Comunidade do Caribe, em 4 de julho de 1973. Ver endereço eletrônico <http://www.iadb.org/intal/tratados/caricom>

- Transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura; e
- Crescente interação entre as empresas e a sociedade civil.

Os presidentes e chefes de governo dos países da Comunidade Sul-americana de Nações, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, fixaram uma Agenda de Prioridades na Declaração Final. Ficou estabelecido que a essência da CSN será o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul, com o propósito final de uma União Sul-americana.

No campo econômico, os propósitos da CSN incluíam o avanço e consolidação do processo de convergência encaminhado ao estabelecimento e aperfeiçoamento de uma zona de livre comércio sul-americana, promoção do crescimento econômico e redução das assimetrias por meio da complementação das economias dos países da América do Sul.

Os esforços da CSN/CASA deveriam estar encaminhados principalmente na promoção de melhores níveis de qualidade de vida, geração de trabalho, justa distribuição do ingresso e extensão dos benefícios sociais à sua população.

Como parte do Plano de Ação, os países sul-americanos negociaram um acordo de isenção de vistos e habilitação de documentos de identidade para que os seus nacionais ingressem e transitem nos respectivos territórios na qualidade de turistas, subscrito em Santiago do Chile, a 24 de novembro de 2006, na IIIª Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-americana de Nações.

No âmbito administrativo, decidiu-se que a Secretaria Pro Tempore será exercida de forma rotativa por cada um dos membros, por períodos anuais, culminando em Reuniões de Chefes de Estado. Assim, o Brasil exerceu a Secretaria Pro Tempore até a realização da IIª Reunião de Chefes de Estado, em Cochabamba, Bolívia, entre os dias 8 e 9 de dezembro de 2006.

Durante a IIª Reunião de Chefes de Estado, foi colocada a pedra fundamental da União Sul-americana na Declaração de Cochabamba.²³ Diante da situação mundial, os presidentes da região entenderam que a integração regional era uma das alternativas para evitar que a globalização não aprofundasse as assimetrias regionais e para aproveitar as oportunidades para o seu desenvolvimento.

Entre os objetivos apresentados estão: a) superar as assimetrias para uma integração equitativa; b) novo contrato social sul-americano; c) inte-

23. Declaração de Cochabamba no site <http://www.cumbresudamericana.bo>

gração energética para o bem-estar da região; d) infra-estrutura para a interconexão dos povos da região; e) cooperação econômica e comercial; f) integração financeira sul-americana; g) integração industrial e produtiva; h) uma cidadania sul-americana; i) migração; j) identidade cultural; k) cooperação em matéria ambiental; l) participação cidadã e cooperação em matéria de defesa.²⁴

Também foi estabelecido um plano estratégico para aprofundar a integração sul-americana com princípios definidos de institucionalidade:

- 1) Reuniões anuais de chefes de Estado e de governo
- 2) Reuniões semestrais de chanceleres
- 3) Reuniões ministeriais setoriais
- 4) Comissão de altos funcionários
- 5) Secretaria Pro Tempore

A Comissão de Altos Funcionários assegurava no plano executivo a implementação das decisões presidenciais e ministeriais e coordenação das iniciativas, evitando a duplicidade dos esforços no marco dos objetivos regionais e das ações de impacto imediato. A Comissão contava com a cooperação das secretarias da CAN, Mercosul, CARICOM e ALADI e de outros organismos regionais. Com um apoio técnico e estrutura reduzida, esteve radcada no primeiro ano na cidade do Rio de Janeiro.

Durante a 1ª Reunião da Comissão de Altos Funcionários, realizada em 25 de janeiro de 2007, em conformidade com a decisão de Cochabamba, foram criados 5 grupos de trabalho: integração social, energia, infra-estrutura, financiamento e educação; presididos pelo representante de um país que é assistido por representantes de outros dois países da região.

Na 1ª Cúpula Energética realizada na ilha venezuelana de Margarita, em 16 de abril de 2007, foi criada a União de Nações Sul-americanas²⁵ (Unasul),

24. Ver <http://www.mindefensa.gov.co> Primera Conferencia de Ministros de Defensa de la Comunidad Sudamericana de Naciones “Declaración de Bogotá”, Bogotá, 14 de julho de 2006.

25. Com a presença dos presidentes da Argentina, Nestor Kirchner; Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; Bolívia, Evo Morales; Colômbia, Álvaro Uribe; Chile, Michelle Bachelet; Equador, Rafael Correa; Paraguai, Nicanor Duarte; Venezuela, Hugo Chávez; o vice-presidente uruguaio, Rodolfo Nin Novoa; o ministro delegado do Suriname, Gregory Rusland, e o primeiro ministro da Guiana, Sam Hinds, com a ausência do presidente peruano Alan Garcia. E com participação de países observadores como México e República Dominicana. Cúpula Energética Sul-americana começa com parceria entre Brasil e Venezuela www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/15/materia.2007

que substituiu a Comunidade Sul-americana de Nações, de 2004. A criação de uma secretaria com sede em Quito, no Equador, e a indicação do ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja como secretário executivo deverá impulsionar a Unasul e resolver os conflitos que possam vir a surgir entre os países. É sem dúvida um salutar sentimento integracionista na América do Sul.

Em paralelo à cúpula de nações sul-americanas, de 3 de junho de 2006, foi realizada a IIª Reunião de Cúpula da Iniciativa Energética Mesoamericana²⁶ subscrita na República Dominicana. A *Declaração de La Romana* referendou o compromisso de alavancar a iniciativa energética centro-americana com a implementação do Programa de Integração Energética Mesoamericana (PIEM), de forma a desenvolver os mercados regionais de petróleo, eletricidade, gás natural, bem como a promoção do uso de energias renováveis.

No centro do debate estavam os presidentes Enrique Calderón e Hugo Chávez, conscientes do antagonismo que os separa, o primeiro com mais sentido das proporções e com uma idéia de integração econômica do México até o Chile; o segundo, por outro lado, sonhando com a nação sul-americana de Miranda, Bolívar e San Martín, valendo-se do seu método favorito de presença ansiosa nas suas realidades internas.

Pelas circunstâncias era evidente que o presidente Hugo Chávez, na reunião da Iª Cúpula Energética, não podia se afastar do Brasil, e se entende o recuo do presidente venezuelano numa hábil explicação justificando o etanol brasileiro, mas não o etanol dos Estados Unidos. Este inconveniente não é compartilhado pelo presidente Lula, o que demonstra mais uma vez o pragmatismo do governo brasileiro em relação ao governo do presidente George Bush, que tem chegado muito mais longe do que seria esperado. É importante ressaltar que a alternativa dos biocombustíveis, especificamente etanol, proporciona uma ponte entre Brasil, México e América Central. A incorporação dos países da Bacia do Caribe à iniciativa do etanol, com tecnologia ou em parceria com o Brasil, pode servir de base para que o produto possa entrar maciçamente e livre de impostos no mercado norte-americano.²⁷

26. www.sieca.org.gt/Sitio_publico/Reuniones_Presidentes/Declaracion_Romana.pdf. Com os representantes de Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana e 9 estados mexicanos.

27. Para detalhes ver [/www.agrolink.com.br](http://www.agrolink.com.br). Tema discutido pelo ex-governador da Flórida, Jeb Bush, e co-presidente da Comissão Interamericana de Etanol na participação do seminário organizado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), São Paulo, 16 de abril de 2007.

7. CONCLUSÕES

Não obstante o aumento das assimetrias denunciado pelo Uruguai e Paraguai, sócios menores do Mercosul; do enfraquecimento da CAN pela Venezuela, da participação da OTCA ou da atuação regional em diversos foros regionais, é difícil a consecução de objetivos de interesse comum, temas que preocupam no momento de buscar a integração sul-americana. Por outro lado, existe uma ausência da participação da sociedade civil, seja por falta de interesse ou informação no processo de integração, criando uma carência de bases sólidas para conseguir implementar ações e políticas práticas comuns em benefício do desenvolvimento econômico e social da região.

Os projetos de integração têm a sua expressão em acordos bilaterais componentes da integração sul-americana, que carece de um desenho global para ser eficaz. Os organismos fundamentais do projeto do Cone Sul são o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, mas as negociações entre os países da CAN e do Mercosul continuam de forma unilateral, o que por um lado serve para acelerar o livre comércio da região e, por outro lado, diminui a relevância e o papel integrador da CSN/CASA.

O ideal integracionista do início logrou a conformação de uma Comunidade Sul-americana de Nações com uma arquitetura estabelecida, mas a construção de um mercado comum ou uma integração mais profunda depende do aperfeiçoamento econômico-comercial dos blocos principais, da melhora da infra-estrutura, da integração energética e das comunicações, e da diminuição das assimetrias entre os países.

Considerando a proliferação de coalizões econômico-políticas, uma aliança estratégica regional parece ser interessante na América do Sul, que cresce na exportação de produtos de alto valor agregado, investe a maior parte dos capitais privados nacionais e possui grande potencial para multiplicar os laços turísticos, econômicos e culturais. A aposta para fortalecer uma aliança econômica com os vizinhos resulta relevante para potencializar o eixo regional.

A importância de uma zona de livre comércio diz respeito a que a região seja mais facilmente integrada à economia mundial, e o *Foro Sul-americano de Consulta e Concertação Política*,²⁸ seria a *coluna vertebral* do sistema. O esque-

28. IIª Reunião do Foro Sul-americano de Consulta e Concertação Política realizada em Lima (25-26/04/2006); IIIª reunião realizou-se nos dias 25-26/10, em Brasília (Mercosul ampliado + Guiana e Suriname). Ver <http://casa.mre.gov.br/calendario/tarefas-estado-quadro-23jun06.doc>

ma de integração que se perfila deixa para trás “duzentos anos de retórica integracionista”. Estas instâncias de participação podem transformar o intento mais ambicioso de se alcançar: a integração regional na América do Sul.

O mundo do século XXI vai em direção à economia ao surgir três grandes atores internacionais: América do Norte, União Européia e o bloco Ásia-Pacífico. É importante que os países em desenvolvimento tenham um maior peso na definição das regras do novo sistema internacional e no funcionamento da comunidade global, entendendo que devem trabalhar e se convergir em uma perspectiva regional. A América do Sul deve ser um bloco compacto, organizado e estruturado e, num mundo de três grandes regiões, procure ser a quarta região em destaque.

América do Sul, quase duas vezes o espaço territorial da China, com uma biodiversidade ampla e entre as mais ricas do planeta, uma população maior que a dos Estados Unidos, se converte em uma contraparte política e econômica dentro do contexto mundial como a região do futuro.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDECOA, Francisco. *La Comunidad Sudamericana de Naciones: algo se mueve en América del Sur*. Madrid, Espanha: Fundação Carolina, dez. 2005.
- CARDONA, D. ¿Tiene futuro la Comunidad Sudamericana de Naciones? *Foreign Affairs* em espanhol, abr.-jun. 2005.
- COMUNICADO DE BRASÍLIA. Iª Reunião de Presidentes de América do Sul. Brasília, 1º de setembro de 2000.
- COMUNICADO DA COMUNIDADE SUDAMERICANA DE NAÇÕES. Lima, 21 abril de 2005.
- COMUNICADO CONJUNTO DOS chanceleres dos países da Comunidade Sudamericana de Nações sobre a situação do Equador. Brasília, 19 de abril de 2005.
- CONSENSO DE GUAYAQUIL sobre integração, segurança e infra-estrutura para o desenvolvimento. IIª Reunião de Presidentes de América do Sul. Guayaquil, 26 e 27 de julho de 2002.
- CRUZ VILAÇA, J. L., SOBRINO HEREDIA, J. M. A União Européia e a transformação do Pacto Andino na Comunidade Andina: do Protocolo de Trujillo à Ata de Sucre. *Temas de Integração*, n. 3, Coimbra e Rio de Janeiro, 1997.
- DECLARAÇÃO DE CUSCO SOBRE A COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES. Assinado na cidade de Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004. <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-cusco/>

- DECLARAÇÃO DE AYACUCHO. Pampa de La Quinoa, 9 de dezembro de 2004. <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-ayacucho>
- DECLARAÇÃO DE MAR DEL PLATA. Quarta Cúpula das Américas Argentina, 5 de novembro de 2005. <http://www.summit-americas.org>
- DIAIE - Declaração sobre Integração na Área de Infra-estrutura PA - Programa de Ação DPAP - Declaração Presidencial e Agenda Prioritárias Coordenação da Secretaria Pro Tempore Brasileira - SPTB MRE, 27 de novembro de 2006.
- DROMI, R. *El Derecho Público en la Hipermodernidad*. México-Madrid, Madrid, Espanha: Hispania Livros e Serviço de Publicações da Faculdade de Direito da Universidade Complutense, 2005.
- FERRER, A., JAGUARIBE, H. *Argentina y Brasil en la globalización*. Buenos Aires: FCE, 2001.
- JAGUARIBE, H. El proyecto sudamericano. *Foreign Affairs* em espanhol, abr.-jun. 2005.
- MALAMUD, Carlos. *La salida venezolana de la Comunidad Andina de naciones y sus repercusiones sobre la integración regional* (1ª parte). Madrid, Espanha: Real Instituto Elcano.
- MAÚRTUA DE ROMAÑA, M. Por una Sudamérica integrada. *El Comercio*, 18 de janeiro de 2005. www.elcomercio Peru.com.pe
- MONIZ, Bandeira, L. ¿América Latina o Sudamérica? *Clarín*, 16 de maio de 2005. www.clarin.com/diario/2005/05/16/opinion/o-01901.htm
- OBARRIO, M. Nuestro espejo será la Unión Europea – Entrevista do ex-presidente argentino Eduardo Duhalde. *La Nación*, 5 de dezembro de 2004. p. 9.
- ODDONE, N., GRANATO, L. La globalización como proceso e ideología: las desigualdades se acrecientan. *Revista Debates Latinoamericanos*, Ano II, n. III (Número especial financiado pelo CONICET). Buenos Aires: Centro Latinoamericano de Estudios Avanzados (CLEA) e Fundação Universidade de Belgrano, 2004.
- PINTO-BAZURCO, E. El futuro de la Comunidad Sudamericana. *El Comercio*, 28 de dezembro de 2004. www.elcomercio Peru.com.pe
- RICHEMOND, A. *La résilience économique - une chance de recommencement*. Paris: Editions d'Organisation, 2003.
- RUSSELL, R., TOKATLIÁN, J. G. *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SALUDJIAN, A. *Hacia otra integración sudamericana*. Buenos Aires: El Zorzal, 2004.
- SANTA GADEA, R. *La Iniciativa IIRSA: el reto de integrar el espacio físico de América del Sur*, em <http://www.comunidadandina.org/prensa/articulos/santagadea.htm>
- TANZI, Vito. *Building Regional Infrastructure in Latin America*. Buenos Aires, Argentina: Publicações, Documentos de Trabalho do Instituto para a Integração de América Latina e o Caribe (INTAL), 2005.

- WAGNER, Tizón, A. *La Comunidad Sudamericana de Naciones y la Integración Regional: Una perspectiva andina*. Apresentação do Secretario Geral da Comunidade Andina ante os Embaixadores da GRULAC. Lima, 9 de março de 2005.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Mercosul quer construir uma rede de gasodutos* www.voltairenet.org/article126048.html Réseau de presse non-alignée, 23 de junho de 2005.
- ZACHER, M. The Decaying Pillars of the Westphalian Temple: implications for international order and governance. In: ROSENAU, J., CZEMPIEL, E. O. *Governance without government: order in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

JULIE SCHMIED

Professora doutora de Direito Internacional e Relações Internacionais
do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.